



CONTRATO Nº 107/2018, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU
E A EMPRESA TR DISTRIBUIDORA DE
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
EPP

Pelo presente instrumento particular vinculado ao procedimento licitatório nº 105/2018 modalidade Pregão Presencial nº 59/2018, de um lado o Município de Porecatu, inscrito no CNPJ sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Fábio Luiz Andrade, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Travessa Vereador Henrique Blanco Vidal, nº 48, Vila Olga Atalla, nesta cidade, RG nº 6.605.256-7 SSP/PR, CPF 004.411.199-13 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TR Distribuidora de Equipamentos de Segurança Ltda EPP, CNPJ Nº 14.213.841/0001-91, sediada à Rua São Salvador, 1350, Vila Ziober, no município de Londrina/PR, CEP 86026-480, através de seu representante legal Ricardo Taufik Tauil, RG nº 961.688 SSP/PR, CPF nº 365.077.099-72 ao final assinado (a), doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente, mediante as seguintes condições:

Cláusula Primeira – A Contratada fornecerá Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para serem utilizados pelos servidores da Prefeitura Municipal de Porecatu, conforme proposta vencedora, descrita e quantificada no procedimento licitatório nº 105/2018 modalidade Pregão Presencial nº 59/2018, do Município de Porecatu/PR.

Cláusula Segunda – O valor a ser pago pelo contratante à contratada pelo objeto é de R\$ R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) referente ao lote 1, R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais) referente ao lote 2 e R\$ 3.000,00 (três mil reais) referente ao lote 4, totalizando R\$ 13.040,00 (treze mil e quarenta reais), apresentado na referida proposta, já incluídas todas e quaisquer despesas, com as dotações orçamentárias: 2.008.3390.30.00.00-1464, 2.033.3390.30.00.00-680 e 2.026.3390.30.00.00-677.

Cláusula Terceira – Para o pagamento da importância referida, será observado o seguinte:

- 1 - O pagamento será efetuado no dia 12 (doze) do mês subsequente à entrega do objeto e emissão das Notas Fiscais, desde que a entrega seja realizada até o dia 30 de cada mês.
- 2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento se dará no mesmo dia 12 do mês subsequente, desde que a sua correção seja feita até o final do mês em curso, ou no dia 12 do próximo mês.
- 3 - O pagamento será realizado mediante depósito em conta corrente em nome da Contratada, podendo esta optar por uma das seguintes instituições financeiras: CEF, BB, Itaú e Bradesco ou no caixa da Tesouraria Municipal através de cheque nominal.
- 4 – As notas fiscais deverão conter o nome da Secretaria que efetuou a compra, o número da licitação, do pregão e do contrato.

Cláusula Quarta - A CONTRATADA obriga-se a:

- 1 - Aceitar as condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 2- Assumir total responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos;
- 3- Entregar os materiais em até 15 (quinze) dias após solicitação do órgão requisitante, mediante a entrega da ordem de compra no Edifício Sede, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, Centro.



4. Entregar o objeto do presente Edital nas especificações, quantidades e no local nele indicado.

5. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.1.1 Caso a substituição não ocorra em até 15 (quinze) dias, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas.

6 - Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, se a CONTRATADA iniciar os serviços sem motivo aceito pela Comissão de Licitação, e não aceitar as condições estabelecidas decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

7 - É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, nas condições do artigo 64, parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93.

Cláusula Quinta – Os valores contratados são fixos e irrevogáveis.

Cláusula Sexta – A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado ou prorrogado, através de termo aditivo, desde que haja acordo entre as partes.

Cláusula Sétima – Na hipótese da contratada descumprir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

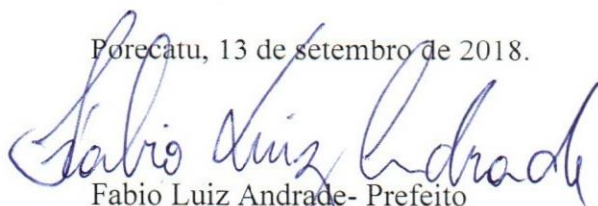
Cláusula Oitava – O fiscal do contrato é o Secretário Aílton Pícolo.

Cláusula Nona – O contrato também poderá ser rescindido amigavelmente, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada a conveniência para a administração.

Cláusula Décima – Fica eleito o Foro da Comarca de Porecatu – Paraná, para a solução das questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acertados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor.

Porecatu, 13 de setembro de 2018.


 Fabio Luiz Andrade- Prefeito
 Contratante

Testemunha 1 – nome, RG e CPF


 TR Distribuidora de Equipamentos de
 Segurança Ltda EPP - Contratada

Testemunha 2 – nome, RG e CPF